

Marcela Rolim Siqueira

ALCA: OS DESAFIOS DO BRASIL

**Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso de
bacharelado em Relações
Internacionais do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília**

Orientador: Alaor Sílvia Cardoso

**BRASÍLIA
2004**

Marcela Rolim Siqueira

ALCA: OS DESAFIOS DO BRASIL

Banca Examinadora:

Prof. Alaor Sílvio Cardoso
(Orientador)

Prof. Sérvulo Vicente Moreira
(Membro)

Prof. Cláudio Ferreira da Silva
(Membro)

Brasília – DF

2004

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Agradeço ao Senhor por me dar forças para superar os obstáculos.

Aos Colegas

Que se tornaram amigos e companheiros.

Ao orientador

Que compartilhou com carinho, sua dedicação e compromisso.

A família

A amizade de minha irmã e em especial aos meus pais pelo alicerce e ensinamentos de vida.

RESUMO:

A ALCA – Área de Livre Comércio das Américas - configura um projeto global abarcando o livre comércio de mercadorias, as transações de serviços, operações financeiras, as compras governamentais, os investimentos e as leis de patentes, dentro de um universo de 34 países. Da forma em que se encontra, a ALCA preconiza aos interesses econômicos e estratégicos dos EUA, dificultando as negociações relevantes para o Brasil em áreas onde somos mais competitivos.

O governo brasileiro vem negociando o acordo procurando defender os interesses das empresas nacionais mais vulneráveis à concorrência americana. Existem, porém, setores brasileiros que se julgam aptos à entrada do Brasil na ALCA, a fim de ganhar maior fatia do mercado norte-americano. A administração deste conjunto de interesses diversos é o objetivo desta monógrafa, que aborda além dos interesses empresariais, o próprio interesse nacional.

ABSTRACT:

To FTAA – Free Trade Area of the Americas – it shapes a global project accumulating stocks of the free trade of merchandise, the transaction of services, financial operations, governmental purchases, investments and patent laws, within a universal of 34 countries. The way it is, FTAA it praises to the economic and strategic interests of USA, making harder to negotiate excellent to Brazil in areas where we are more competitive.

Brazilian government is negotiating the deal looking for to defend the interests of the national companies most vulnerable to the American competition. They are, however, Brazilian sectors that judge themselves able to the entrance of Brazil on FTAA, willing to gain the biggest share of the North American market. The administration of this set of diverse interests is the objective of this monography, that brings besides the enterprises interests, the national interest itself.

SUMÁRIO

Tabela de Siglas.....	vi
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Embasamento Teórico.....	3
Capítulo 2 – Hipótese (Problema).....	9
Capítulo 3 – Metodologia.....	10
Capítulo 4 - O Processo de Formação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.....	11
Capítulo 5 – Desafios do Brasil com a Integração.....	19
Capítulo 6 – Empresariado Brasileiro nas negociações da ALCA.....	28
Capítulo 7 – Considerações Finais.....	38
Referências Bibliográficas.....	40

TABELA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

NAFTA – North América Free Trade Agreement

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

OMC – Organização Mundial de Comércio

INTRODUÇÃO

Este tema de pesquisa pretende demonstrar os desafios do Brasil na inserção da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Tal estudo concentra-se na análise dos riscos e oportunidades, custos e benefícios que o Brasil terá ao negociar questões sobre comércio internacional.

A presente monografia está dividida em sete capítulos, a saber: o primeiro traduz o embasamento teórico do pensamento dos estudiosos no assunto; o segundo destaca a hipótese/problema que se pretende dar a solução ao final deste trabalho; o terceiro trata da metodologia usada, e os capítulos subseqüentes refletem as definições básicas sobre o que, em tese, se deve entender por um estudo deste tipo, dos problemas que o Brasil enfrenta com a implantação da ALCA, de como estão se portando os empresários nesta negociação e das considerações finais.

A ALCA é um projeto em construção que ainda não tem forma definida, mas já vem sendo negociada, com prazo para a conclusão em janeiro de 2005, e pode mudar radicalmente a vida dos cidadãos brasileiros. A Área de Livre Comércio é vista por vários países como forma de elevar as exportações graças ao acesso privilegiado ao mercado norte-americano. Contudo, o Brasil deve bem observar nas negociações para que muitos setores, principalmente a pequena e média empresa e a agricultura, não saiam prejudicados. É importante para o País que o setor agrícola não seja tratado de forma secundária ou novamente excluído, pois trata de um tema central para alcançar a liberalização comercial internacional. Vários produtos agrícolas da pauta de exportação brasileira, como o açúcar, o fumo e outros, com comprovada competitividade nacional e internacional, atualmente enfrentam barreiras nas fronteiras dos países do continente americano. Assim, um dos grandes interesses do Brasil com a ALCA é, sobretudo, a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Os quinze principais produtos brasileiros exportados para o mercado

norte-americano têm tarifa média de 46% ao contrário dos produtos dos EUA exportados para o Brasil que têm tarifa média de 14%.¹

O estudo portanto, tem como objetivo analisar os aspectos econômicos e de integração decorrentes da consolidação da ALCA frente aos interesses do Brasil, tendo em vista pontos divergentes com os EUA, no que tange mais especificamente a produtos agrícolas de exportações brasileiras, compras governamentais e serviços.

Ao mesmo tempo em que existem vantagens para o Brasil com a implantação da ALCA, a exemplo de se poder ter a liberdade de negociar acordos de acesso a mercados, há também visões que criticam as negociações de Lula e Bush sobre a Área de Livre Comércio, traduzidas em comentários de que a intenção dos EUA é criar uma nova colônia norte-americana nas Américas, ou seja, o governo brasileiro submeteria ao imperialismo norte-americano e ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

¹ JÚNIOR Alberto do Amaral. "A Alca: Globalização e Regionalismo na Formação da Política Externa Brasileira". In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

CAPÍTULO 1- EMBASAMENTO TEÓRICO

Para criação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, tema bastante atual e controverso, se faz necessário entender todo o contexto histórico existente, a partir de publicações específicas e abrangentes do universo em questão. Em sendo assim, toma-se como base o texto “ALCA: certezas e incertezas” de Cláudio César Soares; o texto “Mercosul e ALCA na perspectiva do Brasil: uma avaliação política sobre possíveis estratégias de atuação” de Paulo Roberto de Almeida; o livro “A ALCA”, de Rubens Ricupero e “O Brasil e a ALCA: os desafios da integração” de Alberto do Amaral Júnior e Michelle Rattón Sanchez.

É apresentado no texto de César (15/09/04), as diferentes posições do Brasil e dos Estados Unidos no processo negociador da ALCA. A formação de uma área de livre comércio para o Brasil é necessário para a inserção da economia brasileira nas relações internacionais, enquanto na visão dos EUA a ALCA é mais um passo no esforço de abertura e acesso a mercados da América Latina para seus negócios orientados à exportação.

Levando-se em consideração que o processo de liberalização comercial é inevitável, a saída para o Brasil é fortalecer o Mercosul e a partir disso abranger negociações com os demais blocos como o Nafta, Comunidade Andina e União Européia, denominando assim o que o autor chama de *building blocks*². É primordial para o Brasil evitar que as negociações da ALCA criem obstáculos às do Mercosul/União Européia, potencial corresponde por cerca de 30% do comércio exterior brasileiro³.

Os países, EUA e Brasil, têm como meta o sucesso da negociação da ALCA, mas há divergências de interesses de natureza tática. Desde 1990, com a proposta da Iniciativa para as Américas, o então presidente George Bush passa a manter um relacionamento comercial com a América Latina e, em particular, com o Brasil. Os Estados Unidos vêem a região como um importante mercado consumidor

² Construção de blocos.

³ SOARES, Cláudio César. Alca: Certezas e Incertezas. Online: disponível em http://www.camara.gov.br/mercosul/Informativo/Info_5.htm. Em 15/09/04

dos seus produtos visando a busca de uma solução para os problemas da dívida externa por qual vinha passando o país. Já a economia brasileira, sofrendo pesados déficits na balança comercial e dependente da entrada de capitais externos, faz com que sua política comercial externa seja cautelosa. Assim, as relações comerciais Brasil-EUA atingem o ápice do entrosamento histórico nos anos 90.⁴

O texto também nos mostra o papel dos Parlamentos nas negociações da ALCA, como o Congresso e o Poder Executivo. No caso dos Estados Unidos, a política externa nasce no Congresso e este exige do Presidente democrata uma solução para os déficits fiscais e o da balança comercial. A solução seria o acesso rápido a mercados que reduziria o déficit comercial e geraria empregos. Mas, justo a questão de geração de empregos é que o Executivo encontra dificuldade de firmar acordos internacionais de abertura e acesso a mercados, pois para os EUA o aumento do fluxo migratório proveniente desses acordos retiraria empregos dos norte-americanos.

Assim, a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas tem seu maior obstáculo na própria política dos EUA. Neste contexto o Brasil vem ganhando tempo para consolidar o Mercosul enquanto não se tem autorização pelo Executivo norte-americano junto ao Congresso.

Um dos pontos levantados pelo autor é que as negociações para o processo de formação da ALCA devam ser gradualmente debatidas quanto à abertura, pois as economias são diferenciadas e a estabilidade econômica brasileira ainda não está totalmente consolidada.

Outro estudo base foi o texto de Almeida (16/08/04), que retrata os desafios da ALCA e o impacto que o Mercosul pode receber com a criação desta Área de Livre Comércio das Américas. O autor começa com uma distinção dos dois blocos. O Mercosul é tido como um *processo real* de aproximação entre países que já partilham uma *história comum*, visto que, sua colonização e desenvolvimento histórico possuem semelhanças. É notório que suas necessidades de desenvolvimento econômico e social sejam correlatas. A ALCA é uma *hipótese de*

⁴ Idem, Ibidem.

trabalho e vem tendo um processo de difícil negociação por envolver nações de tradições diversas com enormes diferenças estruturais entre si.⁵

Referente a questão de sobrevivência ou não do Mercosul com a criação da ALCA, este poderá vir a sobreviver e construir um mercado plenamente unificado, pois é considerado o quarto bloco mais importante do mundo e muito respeitado por diversos países e blocos congêneres; mas também seu desempenho comercial pode se tornar medíocre dependendo da profundidade e extensão da ALCA, reduzindo-se assim a um mero “arranjo para consultas políticas de fachada”.⁶

Contudo, torna-se difícil especular sobre benefícios e ameaças da ALCA para a economia do Brasil e para o Mercosul, sendo o essencial primeiramente, a análise da melhor estratégia possível de inserção econômica internacional do Brasil. Sabe-se que os negociadores americanos querem a derrubada de barreiras latino-americanas aos produtos e serviços dos Estados Unidos, mas que pouco farão em termos de suas próprias barreiras a não ser a eliminação geral das tarifas aplicadas na importação de produtos. Já a visão brasileira quer não só acesso a mercados, mas também colocar em discussão as normas e disciplinas de política comercial.⁷

É exposto no texto a preocupação que o autor tem com o uso do termo “acordo de livre-comércio” pois este dispõe de diferentes compreensões. Na visão economista, a liberalização é vista como positiva por se tratar de uma alocação ótima de recursos e uma utilização mais eficiente da dotação em fatores. Já na visão dos negociadores, este termo é utópico e pode ser referido a uma situação de reciprocidade no processo de abertura comercial. Essa análise do termo tem como objetivo oferecer elementos de reflexão sobre as opções do Brasil e Mercosul na fase de discussões sobre a ALCA.

Não se pode ainda arriscar previsões positivas quanto ao carácter funcional da ALCA, mas não deve ser, portanto diferente para o Brasil no que diz respeito aos benefícios de uma liberalização ampliada como é o caso da Comunidade Européia e União Européia. A integração e liberalização conduzem ao

⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto. Mercosul e Alca na perspectiva do Brasil: uma avaliação política sobre possíveis estratégias de atuação. <http://www.pralmeida.org>. Em 16/08/2004

⁶ Idem, Ibidem.

⁷ Idem, Ibidem.

aumento da produtividade e à expansão de empregos, sobretudo, é importante saber que não se deve esperar que a ALCA resolva todos os problemas de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Tais problemas só podem ser encaminhados internamente através de investimentos em ciência e tecnologia, capacitação profissional, educação, entre outros.⁸

Referente ao dilema da ALCA condenar ou não o desaparecimento do Mercosul, é discriminado no texto a idéia de que uma zona de livre-comércio maior tende a absorver e a diluir a menor como no caso entre Benelux e a Comunidade Européia. Mas, este não deveria ser o destino do Mercosul, o qual equívale-se a uma etapa superior da integração, já que a ALCA corresponde uma “super” zona de livre-comércio por abranger compromissos em matéria de propriedade intelectual, política de concorrência, compras governamentais, e outros não estritamente comerciais.

Fica claro que os perigos que cercam a evolução comercial do Mercosul no que diz respeito à sua dificuldade econômica, derivam mais da preeminência absoluta dos Estados Unidos hemisfério do que da ALCA em si. Mas, reiterando o que já foi dito anteriormente, o Mercosul possui uma cultura própria e mesmo com o poder da ALCA e as possíveis ameaças que esta pode causar, só poderia ser possível sua dissolução através da decisão e vontade dos próprios dirigentes políticos dos países membros.⁹

É notado que a ALCA coloca grandes desafios aos países do Cone Sul no que diz respeito às diferenças de competitividade, de produção e de capacidade de penetração dos mercados. Assim, tais assimetrias existentes nas economias, impõem ao Mercosul dificuldades de competir em diversos setores principalmente os ramos industriais nos quais os Estados Unidos já possuem uma liderança. A ALCA será, portanto, “destruidora” de empregos em função de diferenças de escala e de produtividade, ficando o Brasil e demais países com dificuldade de manter a competitividade causando a falência de suas indústrias. A mão-de-obra já virá

⁸ Idem, Ibidem.

⁹ Idem, Ibidem.

embutida nas mercadorias dos Estados Unidos e isso faz com que todos os integrantes da ALCA passem a consumir as suas mercadorias.¹⁰

Outros fatores negativos às negociações da ALCA são a existência de barreiras técnicas e outras medidas não-tarifárias que causam danos à liberdade do comércio, tendo assim o Brasil e o Mercosul dificuldades de atuar com os EUA que permanecem inegociáveis no que diz respeito às medidas de defesa comercial, como a legislação anti-dumping (não venda de produtos abaixo de seu valor em um mercado estrangeiro), agricultura e siderúrgicas. Além do mais, as desvantagens do Brasil e dos outros parceiros da ALCA não ficarão restritos à área de livre comércio apenas, e sim às vantagens inéditas que concede as empresas norte-americanas pela liberalização das compras governamentais, dos serviços financeiros, dos investimentos estrangeiros e na aplicação da lei das patentes.¹¹

O livro de Ricupero retrata o que realmente está em jogo quando se fala de ALCA, segundo ele "...a Área de Livre Comércio das Américas é uma proposta que originou um processo de negociação ainda não concluído, de futuro incerto e não sabido".¹² A abordagem do livro está na apresentação do que vem a ser a ALCA, na descrição do processo negociador e como será as negociações nos nove grupos relativos a: agricultura; acesso a mercados; subsídios, antidumping e direitos compensatórios; serviços; direitos de propriedade intelectual; investimentos; política de concorrência; compras governamentais e solução de controvérsias.

Ele alega ainda que o protecionismo norte americano com relação à agricultura faz com que o Brasil fique em pé de desigualdade na competição deste mercado que nos é promissor. Com relação ao grupo negociador de serviços, Ricupero diz:

"O objetivo é liberalizar o comércio em serviços, o que pode abranger desde cadeias de restaurantes fast food de propriedade estrangeira até serviços financeiros, seguros, telecomunicações... O setor de serviços foi um dos primeiros a ter sido incorporado pela expansão das fronteiras do sistema

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

¹² RICUPERO, Rubens. *A Alca*. São Paulo: Publifolha, 2003. - (Folha Explica). p.9

comercial. Proposto pelos países avançados, o acordo encontrou de início forte resistência da parte dos subdesenvolvidos, que alegavam tratar-se de tema que só beneficiaria mais ricos.”¹³

O Brasil e os países em desenvolvimento da América Latina estão sendo vítimas freqüentes das ações antidumping ou anti-subsídios dos países desenvolvidos, porque o lobby feito por parte dos mais poderosos está em vender o que lhe é mais conveniente embarreirando os que não os são.

Alberto do Amaral Júnior e Michelle Ratton Sanchez, organizadores do livro “Brasil e a ALCA: os desafios da integração” reuniram estudos de especialistas sobre o tema e fazem uma explanação minuciosa onde procuram introduzir o leigo nos debates a fim complementar o conhecimento do estudioso no assunto. Realizam ainda, uma análise do contexto político e econômico da integração tendo como objetivo esclarecer os interesses brasileiros dentro do acordo proposto.¹⁴

¹³ Idem, Ibidem. p.45

¹⁴ JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

CAPÍTULO 2- HIPÓTESE (PROBLEMA)

Identificar as vantagens e desvantagens para o Brasil com a implantação da ALCA, visto que a maior potência mundial, EUA, vem exercendo uma presença incômoda, inviabilizando as negociações. A importância da ALCA está no papel que poderá exercer nas relações hemisféricas e na contribuição que dará ao governo brasileiro quanto à inserção na economia internacional. Contudo, não se pode pensar na ocorrência de um desenvolvimento pleno, já que este não depende somente da implantação da ALCA, mas também de políticas domésticas.

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de análise exploratória e descritiva das diversas publicações que tratam do tema ALCA. Para o desenvolvimento do estudo lançou-se mão da metodologia crítica no contexto político, social e econômico.

Utilizou-se estudos do MRE – Ministério das Relações Exteriores, que muito subsidiou a elaboração desta monografia, principalmente quanto ao texto do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Inaugural do Encontro Parlamentar sobre a ALCA, e da palestra proferida pelo co-Presidente Brasileiro das Negociações da ALCA, Embaixador Adhemar G. Bahadram.

A análise documental teve como base as obras dos seguintes autores: Rubens Ricupero, Alberto do Amaral Júnior, Michelle Sanchez, Paulo Roberto de Almeida e Cláudio César Soares.

CAPÍTULO 4 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ALCA – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Inicialmente é preciso entender o impacto que a globalização e o regionalismo exerce junto à formulação da política externa do Brasil. A globalização é um termo que está em evidência, mas enquanto fenômeno não é recente. Verifica-se que os primórdios desse movimento estão associados à própria modernidade e a sua consolidação ao advento do capitalismo industrial desde fins do século XVIII. Com o término da Guerra Fria (socialismo x capitalismo) a idéia dos livres mercados tornou forte, o que, permitiu abrir espaço para que o poderio econômico das nações desenvolvidas, incluindo seus aspectos sociais e domésticos, se tornasse o principal fator de influência na agenda das relações internacionais.

Sucessivas rodadas de negociações multilaterais no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) proporcionaram um aumento progressivo do comércio mundial. O recente sucesso da Rodada Uruguia do GATT, realizado no período de 1986 a 1993, criou a Organização Mundial do Comércio (OMC), em fevereiro de 1994 por meio do Acordo de Marrakesh e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, e por imposição das nações potentes, descobriu-se novos temas (propriedade intelectual, serviços e investimentos). O termo globalização refere-se também à aceleração histórica do movimento de internacionalização do capital devido o aprofundamento das negociações multilaterais iniciadas pelos Estados Nacionais desde o fim da Segunda Guerra.¹⁵

A globalização é, portanto, resultado de alguns fatores, que atuam com especial vigor a partir dos anos 60 e 70:

- A revolução das tecnologias da informação;
- A mudança do modo de organização industrial, refletida na substituição do modo fordista pelo modelo da “especialização flexível da produção”;

¹⁵ SOARES, Op. cit., http://www.camara.gov.br/mercosul/Informativo/Info_5.htm.

- A passagem da sociedade industrial para as sociedades pós-industriais;
- A desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais;
- A consolidação das empresas globais como os principais protagonistas da economia mundial.
- É importante não se ater ao grau de valorização da globalização (positivo/benefício – negativo/malefício), mas sim às suas conseqüências residuais na estabilidade do Estado e de sua política externa.¹⁶

No fim dos anos 80, o regionalismo ressurgiu com força no cenário mundial ressaltando as questões econômicas associadas aos acordos de livre-comércio e de integração econômica. Tal integração se caracteriza na variada tipologia dos acordos regionais de comércio, tornando-se a expressão viva do novo regionalismo. Mas, o que se pode entender de “novo regionalismo?” A principal característica deste termo encontra-se na diversidade de tipos e objetivos das organizações regionais atuais, incorporando todas as áreas de cooperação, e de alcance efetivamente global. Mas a discussão sobre o significado do regionalismo apresenta um problema de definição, na medida em que este termo tornou-se demasiado amplo. Pode-se então, fazer a decomposição do conceito em cinco categorias que são fundamentais para a teoria e a prática do regionalismo contemporâneo: a regionalização; as noções de consciência e identidade regionais; a cooperação regional entre os Estados; a integração econômica regional promovida pelo Estado e a coesão regional.¹⁷

O primeiro fator comum à onda regionalista da atualidade pode se destacar, o fortalecimento das instituições internacionais, da cooperação e da globalização. O novo regionalismo teve sua força motriz nas novas atitudes para a cooperação internacional e na consolidação de um globalismo mais sólido nos anos 90. Foi também neste ano que se destaca a proliferação de integração regional.

¹⁶ JÚNIOR, Alberto do Amaral. “A Alca: Globalização e regionalismo na formação da política externa Brasileira”. In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

¹⁷ MELLO, Flávia Campos. “O regionalismo e a ordem internacional”. On Line: www.nupri.prp.usp.br/nupri/resenhaepi963.htm. Em 14/08/2004.

As organizações regionais atuais constituem um desdobramento natural da cooperação internacional, compatível para o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas.

Integrar países pode ser entendido como um processo de remoção de discriminação entre as diferentes nações envolvidas; pode ser visto como um sistema de interdependência entre os Estados, que requer uma base comum de valores e preferências, bem como, a percepção dos benefícios da integração de forma que todos os participantes possam sustentar o referido processo. Entretanto, a integração dos países em uma Área de Livre Comércio envolve apenas a remoção de barreiras comerciais entre os Estados membros, eliminando tarifas, e outras taxações, mas não regulamentando o comércio com os países não-membros (com esses países as barreiras são definidas independentemente). Uma Área de Livre Comércio não permite a livre mobilidade dos fatores de produção, não estabelece tarifas externas comuns e não envolve a harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais.¹⁸

O processo de integração entre as economias passa, normalmente por quatro etapas:

- Área de preferência tarifária;
- Na área de livre comércio, as barreiras tarifárias e não-tarifárias são abolidas entre os países-membros;
- Na união aduaneira, a adoção da tarifa externa comum uniformiza o tratamento dispensado aos países que dela não fazem parte;
- No mercado comum, os fatores de produção circulam livremente. O exemplo dessa etapa seria a União Européia, que até o prezado momento, é a experiência mais bem sucedida de integração;
- Na união monetária, a integração atinge o apogeu com a criação de uma moeda única e de um banco central para gerir a política monetária.

¹⁸ WAQUIL, Paulo D. "O Setor Agrícola na Área de Livre Comércio das Américas: Desafios da Integração Regional". On Line: www.ufrgs.br/fce/era/edicoes_antteriores/pdf_edicao34/o_setor_agricola_na_alca.pdf. Em 15/09/2004.

Quanto aos benefícios da integração, estes, surgem como resultado das economias de escala e da maior eficiência produtiva devido à especialização e melhoria da posição de barganha nos mercados internacionais possibilitada pelo aumento do tamanho dos mercados integrados. Por outro lado, os custos associados ao processo, por exemplo, resultam da necessidade de ajustes estruturais, do enfraquecimento das políticas nacionais (principalmente as protecionistas) e do deslocamento do papel do Estado.¹⁹

Atualmente, o Estado e segmentos de nossa sociedade têm discutido os novos temas da inserção brasileira na economia globalizada a fim de ter uma avaliação cuidadosa dos riscos e oportunidades para o acerto das futuras escolhas, devendo considerar a especificidade da situação internacional. A ALCA -Área de Livre Comércio das Américas - é, portanto, uma estratégia de inserção internacional que gera custos e benefícios afetando, por isso, a relação dos atores domésticos com a formulação da política externa.

Existe, por trás das negociações da ALCA, elementos recorrentes que marcam as relações interamericanas e definem seus modelos de integração, tais como:

- a) A nítida hierarquia entre países seja pelo ponto de vista econômico, político, militar, cultural ou religioso, por possuírem diferentes níveis de desenvolvimento relativo;
- b) A construção e consolidação de um poder hegemônico, representado pelos Estados Unidos;
- c) A dificuldade de formação de macro interesses devido à dimensão espacial do Continente;
- d) A diferença de expectativas dos Estados. Os Estados Unidos administram suas relações continentais no âmbito de uma estratégia mundial, enquanto os outros países delimitam suas perspectivas pelo localismo e regionalismo;

¹⁹ Idem, Ibidem.

- e) A matriz europeia de ocupação do Novo Mundo e o desenrolar do processo de independência da grande maioria das colônias latinas, não constituem elementos suficientes para fomentar uma política de cooperação;
- f) As ações estatais dos Estados Unidos são ofensivas e a dos outros estados permanece no plano defensivo.²⁰

A ALCA tem despertado discussões. Alguns representantes defendem a idéia de que o Projeto trata de um processo estratégico dos Estados Unidos para consolidar sua hegemonia econômica e política sobre a América. Seria, portanto, uma ameaça para a economia brasileira por ter níveis tecnológicos inferiores e assim não ter como concorrer com mega-empresas onde há a concentração da riqueza. Por outro lado, se fala que a ALCA pode ser benéfica para o Brasil, mas que é preciso negociar e defender um projeto alternativo mais favorável. A verdade é que Washington procura garantir sua reserva de mercado, protegendo-se da ameaça europeia. Tudo leva a crer que estamos diante de uma versão atualizada da Doutrina Monroe, de cujos conceitos básicos inspiram a decisão dos americanos em apoiar os jovens Estados da América Latina em sua luta pela emancipação da tutela europeia, afastando interesses extracontinentais.²¹

O processo de integração numa área de livre comércio iniciou-se com a realização da Cúpula das Américas, em dezembro de 1994 em Miami, Estados Unidos. Os chefes de Estado e de Governo das 34 democracias (Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristovão e Néris, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) decidiram então, criar a Área de Livre Comércio das Américas, na qual serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento. Os chefes de Estado e de Governo incubiram ainda seus Ministros Responsáveis por Comércio

²⁰ SEITENFUS, Ricardo. "A Construção da Alca: Doutrina Monroe, Destino Manifesto, ou Integração Soberana?" In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

²¹ Idem, Ibidem.

de adotar uma série de medidas iniciais para a conformação da ALCA. Tais medidas constam da Declaração de Princípios e do Plano de Ação e se referem a promover o desenvolvimento, a democracia, alcançar o livre comércio, a integração econômica e proteger o meio ambiente para a melhoria de vida das futuras gerações. O prazo acordado para o cumprimento das negociações desse acordo foi até o ano de 2005.²²

Durante a fase preparatória (1994-1998), os 34 Ministros Responsáveis por Comércio, estabeleceram 12 grupos de trabalho, com a meta de organizar informações sobre as relações comerciais e examinar possibilidades de compatibilização de políticas entre os países que participam do processo. Desde a Cúpula de Miami, os Ministros de Comércio reuniram-se 04 vezes para executar o plano de ação da ALCA e apresentar relatórios dos grupos de trabalho. A primeira foi em junho de 1995, em Denver, Estados Unidos; a segunda, em março de 1996, em Cartagena, Colômbia; a terceira em Belo Horizonte, Brasil, em maio de 1997; e a quarta, em março de 1998, em São José, Costa Rica.²³

As áreas de convergência, reafirmadas durante as reuniões ministeriais, incluem a necessidade de compatibilidade com as normas da OMC; a atenção especial às condições e necessidades das menores economias da região; e a possibilidade de aderir a ALCA individualmente ou como membro de um acordo sub-regional. Por outro lado, há também divergências nas negociações, tal como assuntos relativos ao acesso a mercados, incluindo ou não itens como comércio de serviços, proteção da propriedade intelectual, políticas de competição, dentre outros. Ainda foram expostas mais controvérsias existentes na quinta reunião ministerial, em 1999, realizada em Toronto, Canadá. No centro das discussões estavam as preocupações com os subsídios agrícolas e as escaladas tarifárias.²⁴

A criação da ALCA se torna um grande desafio devido às assimetrias existentes entre os países do norte, centro e sul-americanos. É nítido, que entre as nações que participam das negociações, predomina a diferença de poder. Países

²² Site: www.alca-ftaa.org/aca_p.asp. "Área de Livre Comércio das Américas Oitava reunião Ministerial Miami, EUA". Disponível em, 20/11/2003.

²³ Idem, Ibidem.

²⁴ Idem Ibidem.

pequenos com estrutura produtiva relativamente simples voltada para a exportação de produtos primários, figuram ao lado de potências médias com parques industriais complexos. Assim, essas discrepâncias acarretam enorme diferenciação dos interesses, por exemplo, vários países menores vêem a ALCA como meio de elevar as exportações graças ao acesso privilegiado ao mercado norte-americano.

Os Estados Unidos tem um poder muito grande no mundo atual e é claro que seu objetivo com a integração hemisférica é o de expansão de seus mercados. Para eles, a ALCA é concebida como oportunidade para a construção de um espaço econômico integrado, que não imponha obstáculos às exportações norte-americanas. Assim, o debate sobre a criação da ALCA deve ser bem estruturado para não haver dúvidas entre os benefícios e custos do processo.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos não foram sempre tão amigáveis. No século XIX, o governo brasileiro suspendeu por três vezes (1827, 1847 e 1869) as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Mas, na verdade, o Brasil desde o tempo da monarquia, no século XIX, nunca aspirou a ter qualquer interferência nos países da América Latina do Norte, que sempre considerou dentro da área de influência dos Estados Unidos. Com essa noção, o Brasil resguardava a América do Sul como sua esfera de influência, não participando de qualquer envolvimento na América do Norte, Central e Caribe. As relações entre esses dois países somente melhoraram a partir de 1870 e o vínculo com os Estados Unidos, durante a primeira metade do século XX, refletiu uma situação de complementação econômica, em que o Brasil dependia em cerca de 60 a 70% das exportações de café e estas, na mesma proporção, do mercado americano. A “tradicional amizade” do Brasil com os Estados Unidos tem o objetivo de influenciar sua política exterior e conduzir, conforme determinados interesses, o funcionamento das relações internacionais, dentro do Continente Americano.²⁵

A questão ALCA/Mercosul se tornou o principal ponto de discussão entre o Brasil e os Estados Unidos por envolver interesses econômicos, políticos e estratégicos nos quais se entrelaçam. O estabelecimento da Área de Livre Comércio na América do Sul, tendo como núcleo o Mercosul (composta dos Países: Argentina,

²⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “Brasil e os processos de integração regional: Mercosul/ Alca”. On Line: www.espacoacademico.com.br/033/33bandeira.htm. Em 14/08/2004.

Brasil, Paraguai e Uruguai e como membros associados, a Bolívia, Chile e mais recentemente o Peru), não convinha aos Estados Unidos, pois, além de representar um grande obstáculo à integração hemisférica, subordinada a esse País, ainda daria mais *bargain power*²⁶ ao Brasil e aos Estados da região, em quaisquer negociações que viessem a ter com o NAFTA – North America Free Trade Agreement .²⁷

A perspectiva brasileira é de que a união de fronteiras, estabelecida com o Mercosul, evolua para um mercado comum, unificando as políticas macroeconômicas e constituindo a base de um estado supranacional, como a União Européia, o que permitiria ao Brasil consolidar seu destino de potência mundial, não isoladamente, mas integrado aos demais estados da América do Sul.

²⁶ Poder de Barganha.

²⁷ BANDEIRA, op. Cit., www.espacoacademico.com.br/033/33bandeira.htm.

CAPÍTULO 5- DESAFIOS DO BRASIL COM A INTEGRAÇÃO

Este capítulo consiste em analisar as perspectivas da formação da ALCA, tendo em vista as profundas diferenças econômicas, sociais, culturais e políticas dos países. Conseqüentemente, há benefícios e assimetrias relacionados ao processo que precisam ser expostos para verificar até que ponto é essencial para um país aderir a ALCA e até aonde se deve ter resistência em seguir com as negociações.

Os Estados Unidos são responsáveis por uma parcela dominante do comércio exterior e constituem uma fonte de investimentos e tecnologia para a maioria dos países participantes. No entanto, ao extremo dessa colocação, estão as economias pequenas, com menores níveis de desenvolvimento, dependentes dos mercados externos e com capacidade produtiva limitada. Assim, a capacidade de corrigir as assimetrias entre os parceiros comerciais é um grande desafio para a formação da Área de Livre Comércio, que de fato ocorrerá, com a abolição de barreiras comerciais, transferência de tecnologias e se os países grandes da região cumprirem seu papel de fontes geradoras de crescimento.

O objetivo dos Estados Unidos com a proposta da ALCA configura um acordo global abrangendo além do livre comércio de mercadorias, as transações de serviços, compras governamentais, propriedade intelectual, investimentos, lei de patentes e é claro, buscam defender os setores pouco competitivos da economia americana, razão pela qual não querem colocar na agenda seus instrumentos protecionistas, tais como lei *anti-dumping* e subsídios agrícolas. Dificilmente abrirão mão desses mecanismos que confere vantagens e ganhos às suas empresas, pela interpretação parcial da liberdade do comércio.

Já para o Brasil, não interessa participar de áreas de livre comércio com potências muito desenvolvidas por possuir uma economia inferiorizada em relação aos Estados Unidos no que diz respeito a níveis tecnológicos e integração das cadeias produtivas. A concorrência com empresas multinacionais produziria efeitos destrutivos na indústria brasileira, especialmente os mais sofisticados tais como, bens de capital, componentes eletrônicos, químicos, dentre outros. O Brasil, por sua vez, tem um dos dez maiores parques industriais do mundo com exportações

bastante diversificadas. A perspectiva brasileira seria a evolução do Mercosul para a formação de um mercado comum onde haveria ampliação de seus espaços econômicos, o que permitiria a construção da base de um estado supranacional. Mas, esse projeto é diferente da ALCA, dentro da qual circularão somente mercadorias e capitais, e não a força de trabalho.²⁸

As possíveis vantagens no processo de formação da ALCA seriam os melhores acessos dos países latino-americanos a mercados desenvolvidos; a garantia do livre comércio na região, dificultando o retrocesso às ações protecionistas e assim a proteção dos países menores contra medidas anti-dumping e salvaguardas. Mas essa visão está muito longe de ser alcançada, pois o projeto da ALCA atende aos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos na América do Sul.

O Brasil sempre teve consciência das perdas que poderá sofrer com a implantação da Área de Livre Comércio das Américas, razão pela sua resistência em seguir com as negociações. Dentre os países do Mercosul, o Brasil é o único capaz de discutir com os Estados Unidos devido à extensão do seu território, sua massa demográfica, ao parque industrial diversificado que possui, à sua posição estratégica na região sul e por ter fronteiras com todos os países, exceto Chile e Equador. Assim, deve-se existir uma resistência cada vez maior à política de expansão dos conglomerados norte-americanos, e a negociação de forma construtiva à defesa de interesses essenciais como subsídios agrícolas e normas anti-dumping.²⁹

O Brasil, como a maior economia da América do Sul, tem que participar da definição do projeto da ALCA a fim de que seja favorável a todos. A proposta do Mercosul deve ser uma referência básica para as negociações por possuir a característica de flexibilidade (países podem assumir compromissos, bilateral ou plurilateralmente, em qualquer área sem que esses compromissos se estendam, necessariamente, a todos). Assim, não seria razoável aderir a ALCA com regras e obrigações idênticas aos países que possuem situações tão desiguais. Não faz sentido conceder acesso preferencial ao mercado brasileiro, sem uma negociação

²⁸ Idem, Ibidem.

²⁹ Idem, Ibidem.

em áreas onde somos mais competitivos, como a agricultura. É importante o papel das economias ricas para o desenvolvimento das nações mais pobres.³⁰

No decorrer desses dez anos (1994/2004) houve uma distorção dos propósitos originais firmados na Cúpula das Américas; ou seja, ocorreu o abandono das agendas de fomento social, de infra-estrutura e de apoio financeiro, que constavam da Declaração e do Plano de Ação estabelecidos na Cúpula de Miami. Assim, o projeto da criação da ALCA foi perdendo seus objetivos originais e transformando-se em uma proposta desequilibrada, envolvendo 34 países com disparidades de nível de desenvolvimento econômico, social e político, além das diferenças de dimensões territoriais e populacionais. Os EUA têm demonstrado dificuldades em negociar determinados temas da agenda da ALCA, reconhecendo essa impossibilidade de negociação na reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA em Trindad e Tobago (setembro de 2003), sendo estes temas então, tratados na OMC (Organização Mundial do Comércio). Os países ricos tinham o interesse que se estabelecessem regras mais profundas que as da OMC como áreas de investimento, serviços, propriedade intelectual, e ao mesmo tempo colocam barreiras a aceitar as regras mais profundas da OMC em áreas como anti-dumping e agricultura. Assim, em áreas que somos mais competitivos há um avanço nas negociações em benefício dos países ricos, enquanto áreas que temos maior interesse, países como os Estados Unidos se recusam a fazer qualquer acordo/negociação.³¹

O projeto de formação da ALCA deveria ser compreendido como uma negociação que não ignore as dificuldades de cada país e que não seja imposta regras que se sobreponham à legislação nacional. É preciso, para o Brasil e os países do Mercosul, definir melhor o processo negociador a fim de ter um efetivo acesso aos mercados, pois se tem nítido no processo de formação da ALCA que os Estados Unidos impõem barreiras ao comércio internacional. Foram apresentadas, portanto, duas propostas do Mercosul. A primeira seria a necessidade de transferir

³⁰ Site: www.mre.gov.br. (MRE – Ministério das Relações Exteriores). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Inaugural do Encontro Parlamentar sobre a Alca. “O Papel dos Legisladores na Alca”. Câmara dos Deputados, Brasília: 20/10/2003.

³¹ Site: www.mre.gov.br. Palestra proferida pelo co-Presidente Brasileiro das Negociações da Alca, Embaixador Adhemar G. Bahadriam. “Intitulada Alca: um balanço das negociações”. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: 22/09/2004.

para a OMC ou, através das bases plurilaterais, para países menores, os temas de sensibilidades para cada uma das partes envolvidas. A outra, seria uma negociação pela chamada via bilateral, das trocas de concessões em termos de acesso a mercados, ou seja, cada país poderia firmar os “acordos plurilaterais” com outros países em áreas de sua prioridade dentro do “guarda-chuva” da ALCA. Assim, o Mercosul apresentando essas duas vertentes estaria amenizando as distâncias entre os países em áreas cruciais, reorganizando os âmbitos de negociação.³²

Temas como agricultura e propriedade intelectual constitui um grande impasse para os avanços nas negociações da ALCA. Os países ricos recusam-se a negociar a redução dos subsídios à produção interna como à exportação, afetando tanto os países mais pobres quanto o Brasil juntamente com seus parceiros do Mercosul, que possuem agricultura eficiente. Há também uma recusa em eliminar completamente as tarifas alfandegárias, o que será difícil alcançar realmente uma Área de Livre Comércio. Já em relação ao problema do tema da propriedade intelectual está relacionado com o abandono de transferência de tecnologia e de uso socialmente responsável dos direitos monopolistas das patentes. Isso se reflete ao ver, por exemplo, a não capacidade dos países pobres em oferecer a suas populações um acesso mínimo a medicamentos, ocasionando a proliferação da Aids, em grande parte no continente africano.³³

Há uma resistência por parte do Brasil e do Mercosul em prosseguir com as negociações da ALCA pelo fato do protecionismo existente no comércio agrícola e das disciplinas restritivas de propriedade intelectual impostas pelos países ricos. Isso só faz agravar ainda mais a fragilidade econômica, política e social dos países da América Latina que pretendem com a formação da Área de Livre Comércio alcançar o desenvolvimento econômico e social com a ajuda dos países desenvolvidos ao abrirem seus mercados. O Governo brasileiro não está contra a ALCA ou contra os EUA, apenas quer o projeto da Área de Livre Comércio conforme discutido na Cúpula das Américas, que além de acesso a mercados ocorra também

³² Idem, Ibidem.

³³ Idem, Ibidem.

à criação de mecanismos de apoio aos países em desenvolvimento, em particular aos países mais pobres do continente.³⁴

O governo brasileiro respondeu à Iniciativa para as Américas não dizendo sim nem não. A diplomacia brasileira criticou a proposta por não incluir a questão de transferência de ciência e tecnologia. Além disso, apresentou argumentos contra a adesão do Brasil a um processo de integração continental, entre eles:

- O argumento do global trader: o Brasil possui interesses em todas as regiões do mundo, mas com uma regionalização maior poderia afetar esses interesses. Assim, um acordo regional como o da ALCA não teria grande relevância comparativamente ao comércio exterior do país;
- O argumento da superioridade do Mercosul: o Mercosul representa um processo de aproximação de países sem as dimensões de desigualdades existentes na ALCA. O Mercosul não é apenas comercial, mas também político, cultural, etc;
- O argumento do desinteresse/unilateralismo americano: as críticas a ALCA representam o unilateralismo dos Estados Unidos e sua busca incessante de marcar sua hegemonia na região;
- O argumento da superioridade da União Européia: seria mais vantajoso para o Brasil um acordo com a União Européia pelo fato do paralelismo entre os dois modelos de integração e pelo interesse recíproco em limitar a hegemonia americana;
- O argumento do sucateamento: partindo do pressuposto da maior competitividade global da economia americana e do déficit crescente na balança comercial bilateral, conclui-se que a indústria e o setor de serviços seriam sucateados na hipótese de um aumento da competição com os EUA.³⁵

³⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁵ ALBUQUERQUE, José Augusto G. "A Alca na Política externa Brasileira". In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Rattton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

Em nenhum momento até a II Cúpula Presidencial das Américas, no Québec, o governo brasileiro apresentou princípios, métodos, ordens cronológicas para a abordagem das questões que envolvem a proposta da ALCA. O Brasil utilizava a estratégia de ganhar tempo; estavam firmes em querer negociar assuntos favoráveis a nossa economia e analisar os custos e benefícios com a integração sem antes avançar com as negociações. Os prejuízos associados a ALCA podem ser explicados da seguinte forma: a vulnerabilidade externa da economia brasileira ocorre em função do déficit bilateral com os EUA; assim, qualquer coisa que aumente a competição com a economia americana é um golpe fatal em nossa estabilidade cambial e monetária. Ainda devido a nossa indústria não estar preparada para competir com a indústria americana, seria vital retardar uma integração maior entre as duas economias. Por tais razões, é que o governo brasileiro deve analisar bem se é vantajoso ou não participar de uma Área de Livre Comércio das Américas.³⁶

Foi então em Québec, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou uma agenda para a ALCA expondo os objetivos com a integração, tais como: acesso mais livre a setores que somos mais competitivos; condições factíveis de ajuste para setores sensíveis; e, é claro, impor um limite ao protecionismo.³⁷

O Brasil junto com os EUA são os grandes articuladores da negociação, tendo o aval dos outros 32 países para decidir por eles.

A ALCA, mesmo estando ainda em discussão, é certo que vai acontecer, só resta saber qual a melhor maneira de se tirar vantagens deste acordo. Os sete riscos que corremos são: bravatas; erro de cálculo; isolamento; irrelevância; fechar a economia; estagnação e protecionismo.³⁸

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, visa abolir as tarifas alfandegárias entre 34 países do Continente Americano. O Brasil tem adiado o acordo para melhor estabelecer os princípios que regem o pacto entre os Estados Unidos e os países menos favorecidos das Américas.

³⁶ Idem, *Ibidem*.

³⁷ Idem, *Ibidem*.

³⁸ Revista *Veja*, 15 de outubro de 2003, número 1824, páginas 38 – 44. Reportagem de Eduardo Salgado, Maurício Lima e Ronaldo França.

O Brasil pode, mesmo ficando de fora, não impedir a formação da ALCA por isso, segundo Carlos Langoni “as coisas vão acontecer com ou sem nossa presença. O que temos de saber é onde queremos ganhar e onde devemos perder”.³⁹

Podemos ainda ficar isolados, pois todos os outros países estão decididos a acertar com os Estados Unidos; corremos o risco de transformarmos em um país semelhante a Cuba. O Brasil detém 1% da exportação mundial, caso não aceite participar da ALCA pode perder essa fatia que lhe é importante, contudo, mundialmente é quase insignificante.

Os números mostram que apesar desta insignificância o Brasil vêm alcançando percentuais bem altos nas exportações brasileiras principalmente para os Estados Unidos da América, Argentina, México e Chile.

Podemos também verificar que as exportações vêm crescendo ano a ano como mostra a tabela de Exportações Brasileiras para a ALCA por país no período de 2000 a 2002, retirada do site de pesquisa, Brasil Trade Net.

³⁹ Idem, Ibidem,

Composição do Intercâmbio Comercial Brasil – ALCA (US\$ mil – fob) EXPORTAÇÕES	2000	% NO TOTAL	2001	% NO TOTAL	2002 (JAN-JUN)	% NO TOTAL
Estados Unidos (1)	13.366.060	48,62%	14.378.147	51,41%	6.946.74	56,84%
Argentina	6.232.746	22,67%	5.002.489	17,89%	969.088	7,93%
México	1.711.341	6,22%	1.868.262	6,68%	999.717	8,18%
Chile	1.246.251	4,53%	1.351.948	4,83%	659.509	5,40%
Venezuela	751.066	2,73%	1.092.175	3,91%	431.722	3,53%
Paraguai	831.785	3,03%	720.199	2,58%	287.333	2,35%
Uruguai	668.539	2,43%	640.968	2,29%	225.116	1,84%
Colômbia	514.748	1,87%	606.212	2,17%	280.510	2,30%
Canadá	565.605	2,06%	555.340	1,99%	301.041	2,46%
Bolívia	364.330	1,33%	333.471	1,19%	214.696	1,76%
Peru	353.021	1,28%	286.286	1,02%	186.530	1,53%
Equador	133.284	0,48%	210.627	0,75%	183.694	1,50%
Santa Lúcia	50.853	0,18%	175.559	0,63%	102.313	0,84%
República Dominicana	131.722	0,48%	132.496	0,47%	87.793	0,72%
Panamá	81.933	0,30%	105.204	0,38%	58.486	0,48%
Costa Rica	119.905	0,44%	100.214	0,36%	59.704	0,49%
Trinidad e Tobago	92.566	0,34%	96.906	0,35%	58.362	0,48%
Guatemala	76.692	0,28%	82.946	0,30%	47.025	0,38%
Jamaica	40.422	0,15%	59.920	0,21%	32.298	0,26%
El Salvador	41.743	0,15%	52.039	0,19%	30.840	0,25%
Honduras	31.618	0,12%	34.828	0,12%	21.665	0,18%
Haití	17.262	0,06%	23.357	0,08%	7.676	0,06%
Nicarágua	9.325	0,03%	12.990	0,05%	7.064	0,06%
Bahamas	26.689	0,10%	11.327	0,04%	4.124	0,05%
Suriname	6.910	0,03%	9.317	0,03%	4.471	0,04%
Barbados	16.182	0,06%	8.282	0,03%	4.542	0,04%
Guiana	4.633	0,02%	6.169	0,02%	4.503	0,04%
Belize	1.986	0,01%	3.139	0,01%	1.359	0,01%
Granada	1.217	0,00%	1.578	0,01%	936	0,01%
São Vicente	1.168	0,00%	1.390	0,01%	559	0,00%
Antígua Barbuda	743	0,00%	1.183	0,01%	398	0,00%
Dominica	773	0,00%	801	0,01%	550	0,00%
São Cristóvão e Névis	5	0,00%	3	0,01%	125	0,00%
TOTAL GERAL	27.493.122	100,00%	27.965.768	100,00%	12.220.423	100,00%

¹ Inclusive Porto Rico
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

Poderíamos fechar a nossa economia, não exportando e nem importando, mas, viveríamos apenas com que o país produz, porém é pouco, não resolve os nossos problemas. Sem contar ainda que, sem comércio externo não há crescimento; estaríamos fadados à estagnação.

Existe um grande perigo com relação à posição brasileira perante a ALCA: o protecionismo, isto causa empobrecimento, e sua disseminação vai punir países emergentes como o Brasil. A proteção impede que os grandes centros

econômicos alarguem seu comércio, implicando em perda de divisas, de empregos e crescimento, o Brasil só perderia.

Não sei se a ALCA é um negócio bom ou ruim para o Brasil, sei porém que, as grandes potências vão sempre querer imperar sob os países em desenvolvimento. Já estudamos isto na Época da Colonização, depois na Primeira Guerra Mundial, e quando aconteceu a Guerra Fria, agora a história se repete.⁴⁰

O Brasil é dotado de grandes economistas, de políticos hábeis e de excelentes estrategistas, que poderão decidir o que é melhor para o país. Podemos hoje ter esperança de que nosso país não vai ser entregue de “mãos beijadas” aos Estados Unidos, pois vimos que há um interesse maior por parte dos dirigentes da nação e seriedade para decidir o futuro do povo.⁴¹

⁴⁰ Idem, lbedem.

⁴¹ Idem, lbedem,

CAPÍTULO 6- O EMPRESARIADO BRASILEIRO NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

O novo governo brasileiro adota uma postura nitidamente diferenciada do anterior. Se na política macro-econômica prevalece o continuísmo, com a manutenção do receituário neoliberal e a proposição de uma reforma previdenciária fiscalistas e privatizante, na política externa o governo Lula, assim como explicitou em seu discurso de posse, tem apresentado uma posição mais avançada, mais ativa, em defesa da soberania nacional. Isto é um fato, apesar de todo o jogo de contradições, reconhecido por vários setores da sociedade.

Tudo indica que o governo Lula traçou uma estratégia bem definida para a área externa. Em linhas gerais, ela teria quatro eixos: centralizar e fortalecer o poder de negociação do Itamaraty; protelar e fatiar a ALCA; fortalecer o Mercosul, apostando na ampliação da integração latino-americana e diversificar as relações comerciais e políticas do Brasil. Nos bastidores, comenta-se que não há consenso absoluto em torno desta estratégia, o que só reforça a tese de que este será um governo em disputa entre continuidade e mudança.⁴²

A decisão do governo Lula de que não negociará na ALCA as questões do subsídio agrícola e das leis não tarifárias de acordo com os interesses dos EUA que vem sendo impostas nas negociações, são claras. Para ele os interesses do Brasil são contrários aos emitidos a OMC pelas potências americanas. Se estas decisões vingarem, os prazos para a ALCA empacarão de vez. Na OMC a disputa interimperialista é maior e o tempo de negociação é bem mais dilatado.⁴³

Em seu discurso de posse o Presidente da República do Brasil disse que em seu governo, a ação diplomática estaria orientada para uma perspectiva humanista e esta seria um instrumento do desenvolvimento nacional. O comércio exterior seria voltado para contribuir na melhoria das condições de vida do brasileiro.

⁴² CELSO Amorim "Inserção Global do Brasil: OMC, Mercosul, Alca e ZLC com a União Européia". On Line: www.mre.gov.br. Em 02/11/04

⁴³ Idem, Ibidem.

Com relação a ALCA, o Brasil deveria combater o protecionismo, lutar pela sua eliminação e tratar de obter regras mais justas e adequadas à condição de país em desenvolvimento.

Uma das atitudes que deveria ser tomada seria a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os produtores brasileiros privando-os de suas vantagens comparativas. Isso poderia também se estender às exportações de produtos industriais.

A participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) terá efeitos decisivos e negativos sobre a possibilidade de construir uma sociedade, uma economia e um Estado mais justo, próspero e democrático no Brasil.

O Brasil reúne requisitos potenciais para se situar entre países avançados economicamente, respeitados politicamente, seguros dentro de suas fronteiras e mais democráticos. Porém, somente conseguirá obter êxito, no conceito das nações, se as suas elites políticas, econômicas e culturais forem capazes de enfrentar, com firmeza, os desafios das disparidades e vulnerabilidades, mobilizando democraticamente a população.

A ALCA não é um mero projeto econômico e comercial dos Estados Unidos. Ela é parte essencial de sua estratégia global para defender os interesses norte-americanos - econômicos e políticos -, neste mundo multipolar e conflituoso. A ALCA tem como objetivo incorporar a economia dos países latino-americanos à economia americana, através da eliminação gradual - porém definitiva, formal e legal -, ao comércio de bens e serviços, à movimentação de capitais e às atividades das mega-empresas americanas, através da aceitação de regras de proteção aos detentores de patentes e direitos autorais. Na prática, se consolidariam, por tratado, os atuais programas econômicos neoliberais e os estados renunciariam à sua capacidade e ao seu direito de exercer, com eficácia, suas políticas comercial, industrial e tecnológica, para promover o desenvolvimento. Na esfera político-militar, a ALCA tem como objetivo desarmar a região, assegurar a presença militar estadunidense direta e assegurar o alinhamento latino-americano com as iniciativas e posições políticas norte-americanas em confrontos com outros pólos de poder com os países renegados da periferia. A América Latina e o Brasil passarão, com o

advento da ALCA, a serem apêndices, subordinados aos Estados Unidos da América, renunciando a toda expectativa de uma participação mais ativa no sistema internacional em benefício da sociedade mundial.⁴⁴

Assim, as mega-empresas norte-americanas estarão em pé de igualdade com as empresas brasileiras nos mercados do Mercosul. O Mercosul se dissolverá na ALCA, e, como união aduaneira, não existirá a não ser para os países extra-ALCA. Essa situação alimentará, fortemente, as pressões para um acordo de livre comércio do Mercosul com a União Européia.⁴⁵

Com a ativação da ALCA, as repercussões sobre a economia brasileira serão contundentes. É correto que algumas empresas e alguns setores exportadores brasileiros se beneficiariam com o melhor acesso ao mercado norte-americano. Porém, o nível médio de eficiência, da competitividade (em termos de dimensão, de capacidade organizacional, de acesso a financiamento, de dinamismo tecnológico) de cada setor da economia americana é bem superior ao correspondente nível brasileiro. O resultado será uma maior expansão das exportações americanas para todos os Estados do Hemisfério (inclusive para o Brasil) do que das exportações brasileiras para o Hemisfério (inclusive para os Estados Unidos). O resultado para a balança comercial brasileira - e para o fortalecimento de novas empresas -, deverá ser grave e muito negativo. De outro lado, em uma Área de Livre Comércio, os investimentos tendem a se concentrar na região mais dinâmica do conjunto, em termos de mercado, infra-estrutura, dinamismo tecnológico, e qualificação de mão-de-obra, como ocorrerá, indubitavelmente, no caso da ALCA, com os Estados Unidos. Assim, novos investimentos tenderão a se instalar nos EUA para abastecer o principal mercado e exportar para os demais países e, o mais grave, antigos investimentos estrangeiros podem migrar para o território norte-americano, pela mesma razão.⁴⁶

⁴⁴ SILBER, Simão Davi. "Aspectos Econômicos da Formação da Área de Livre Comércio das Américas". In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

⁴⁶ Rios, Sandra. "Negociações Internacionais - Multilateralismo e Blocos Econômicos". Online: <http://www.fiesp.org.br>. Em 20/10/04.

Diante deste cenário prospectivo nada promissor, pode-se inferir que a ativação da Área de Livre Comércio das Américas, a partir de 2005, poderá acarretar sérios transtornos à economia brasileira e deteriorar as bases em que se sustenta o Mercosul, colocando todo o hemisfério à mercê do usufruto da superpotência hegemônica do Norte.

Desde que o mundo é mundo o comércio procura alargar suas fronteiras e a tecnologia contribui para tal expansão⁴⁷. A participação do Brasil no Mercosul é de vital importância e, assim sendo, pode-se (em tese) negociar melhores condições de colocação de nossos produtos nos mercados da Argentina, Uruguai e Paraguai, embora, a diplomacia brasileira não seja tão efetiva na defesa de nossos interesses no Mercosul.⁴⁸ Fato é que o Brasil não pode se dar ao luxo de primar pela exclusão.

Existem na estrutura da ALCA grupos de negociação sobre política de concorrência, subsídios, anti-dumping e medidas compensatórias, cujos objetivos são bastante nobres, visando alcançar um entendimento comum com vistas a melhorar a operação e aplicação das legislações sobre "dumping" (venda de produtos abaixo de seu valor em um mercado estrangeiro) e subsídios, a fim de não criar barreiras injustificadas ao comércio no hemisfério. Tal preocupação parece ser bastante sábia, mas retorna-se à velha questão que aflige os internacionalistas: a influência da política.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - reconhece a importância das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas, mas o faz num tom moderado, sem radicalismos nacionalistas. Segundo o site oficial da entidade, é necessário que sejam feitas avaliações em cada setor produtivo que participará efetivamente da ALCA, verificando até onde são necessários investimentos; o que o Brasil pode ganhar e perder formando condições de competição leal entre os parceiros internacionais⁴⁹.

⁴⁷ CASONE, Vittorio. "Mercosul e a Globalização do Comércio Internacional". In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Tributação no Mercosul*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: Centro de Extensão Universitária, 2002, p. 156.

⁴⁸ Martins, Ives Gandra da Silva. *Tributação no Mercosul*. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: Centro de Extensão Universitária, 2002, p. 22.
Rios, Sandra. Op. Cit. 27/05/01.

⁴⁹ SILVA, Raul Antônio de Paula e. "ALCA: o Brasil Não é Contra o Acordo". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Online: <http://www.fiesp.org.br>. Em 20/10/04.

Assim sendo, para a FIESP, os pontos nevrálgicos das negociações são o fim do subsídio para os produtos agrícolas e o "dumping". Além disto, é sabido que o Brasil ainda possui baixas taxas de poupança interna, uma legislação que dificulta as exportações e que as altas taxas de juros praticadas no Brasil interferem na capacidade produtiva do país⁵⁰.

Se efetivasse a ALCA hoje, teria-se um histórico de exportações abaixo do nível possível para a indústria brasileira (eis que há excessiva tributação) e consolidaria uma fase de maiores exportações, mas em contrapartida ocorreria importações que chegariam ao país com inúmeras facilidades - as mesmas que foram sempre negadas à nossa própria indústria.

Não se deve permitir que o Brasil se torne quintal para qualquer país. Porém, uma postura isolacionista pode ter conseqüências mais graves do que as que tentar evitar. Deve-se dialogar com os membros da ALCA, Mercosul e ainda assim buscar novos mercados para nossos produtos em outros países de economia emergente, como Índia, China e Rússia.

Como a ALCA tem o condão de gerar incertezas no cenário interno brasileiro e "não há coisa mais difícil de tratar e nem mais perigosa de manejar do que introduzir novas leis", ⁵¹ tal debate deve ter caráter realmente amplo e contar com uma verdadeira participação da sociedade civil.

O empresariado brasileiro começou a discutir a ALCA ("Área de Livre Comércio das Américas"), acordo que pretende liberar o comércio entre os países das três Américas. Os EUA exportariam livremente (sem taxas) para o Brasil e o Brasil tentaria exportar para os EUA. Os norte americanos fixaram 2005 como prazo para vigência do acordo, e eles mesmos tentam encurtar este prazo, que dificilmente será alcançado.⁵²

⁵⁰ MAGALHÃES, Carlos Alberto Simas. "Negociações Internacionais - Multilateralismo e Blocos Econômicos". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Online: <http://www.fiesp.org.br>. Em 19/10/04

⁵¹ Maquiavel, Nicolau. **O Príncipe** - com notas de Napoleão Bonaparte. Tradução de J. Cretella e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. p. 46.

⁵² OLIVEIRA, Amâncio Jorge. "O Empresariado Brasileiro e as Negociações da Alca". IN: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Rattton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

Os empresários brasileiros da área de tecnologia avançada, incluindo Eletrônica e Informática, são rigorosamente contra a ALCA. Alegam que nosso país não tem o mínimo preparo para competir com alta tecnologia dos EUA e as empresas daqui seriam sepultadas pela avalanche de importações. Como expoentes desta opinião temos EUGÊNIO STAUB (GRADIENTE), PAULO FRANCINI (Instituto IEDI e COLDEX, Refrigeração), e PAULO CUNHA (Grupo ULTRA, Química).⁵³

É sabido que o Brasil está em uma inferioridade tecnológica, comercial e organizacional das empresas nacionais em relação às suas congêneres americanas, porém, não há uma postura de impossibilidade de concorrência no quadro de um eventual acordo de livre comércio, tanto porque, por um lado, possuímos outras vantagens comparativas que poderão ser explorados no momento certo e num quadro adequado de relações intrafirmas, e por outro lado, as empresas, assim ensina a experiência, estão sempre se antecipando ao movimento dos governos e saberão preparar-se para os futuros embates com seus concorrentes hemisféricos.

A integração de países na construção de uma Área de Livre Comércio abrange uma série de indagações e argumentos envolvendo os mais diversos aspectos de ordem econômica e social. A concretização da ALCA dará origem a um dos maiores blocos econômicos do planeta. Um tema fundamental envolvendo o projeto e que desperta a atenção geral refere-se à questão da competitividade da economia brasileira diante da norte-americana. Argumenta-se, que a maior produtividade global da economia americana inviabilizaria o setor industrial brasileiro. E a esse respeito os empresários da indústria de tecnologia tem razão em se preocupar e não quererem a ALCA, pois os principais segmentos que serão afetados pela inclusão do Brasil no processo são: Produtos Químicos, Plásticos e derivados do Petróleo; Indústria Farmacêutica; Mercado de informática e Indústria Eletroeletrônica; Indústria Mecânica e Automotriz.⁵⁴

A indústria norte-americana concentra-se hoje nos segmentos de alta tecnologia, como informática, telecomunicações, química fina, fibras óticas, aeronáutica de grande porte e outros setores de alta relação capital/trabalho. Estas indústrias não concorrem com a indústria nacional. A hegemonia norte americana

⁵³ Idem, Ibidem.

⁵⁴ CASONE, Op Cit. 2002, p. 75.

está consolidada pelo seu poder bélico e econômico, agora consolidada no setor da tecnologia, isso faz com que haja uma disparidade sensível entre os Estados Unidos e os demais Estados que deverão compor a ALCA. Na sociedade de informação, a dominação americana é quase que absoluta.⁵⁵

O problema mais sério que o Brasil enfrenta com relação aos EUA diz respeito aos subsídios à agricultura norte-americana. Em 2000 o governo americano pagou aos agricultores daquele país US\$32,3 bilhões, dos quais US\$22 bilhões foram diretamente aos produtores. Esse volume gigantesco de subsídio destinado à agricultura tem conseqüências graves no mercado internacional, prejudicando países como o Brasil. Os subsídios provocam sérias distorções no mercado agrícola internacional. O caso da soja no Brasil é ilustrativo. O país, segundo maior produtor de soja no mundo, e cujo produto assume papel importante na pauta de exportação, é obrigado a colocar esse produto no mercado internacional a US\$1,26 quando normalmente esse produto deveria ser comercializado a US\$5,00. Essa é uma questão que o Brasil precisa enfrentar com rigor. A agricultura brasileira é uma das maiores e mais modernas do mundo, e precisa ter acesso ao mercado norte-americano. Produtos competitivos como o açúcar, café, cacau, suco de laranja, entre outros, podem ganhar amplas fatias no mercado dos EUA com o fim dos subsídios.⁵⁶

Há que se implementar políticas que garantam o mínimo de homogeneidade às economias. Ajudas governamentais entrelaçadas são fundamentais para diminuir o grau de heterogeneidade econômica entre os países que vão compor o bloco.

Tudo leva a crer que o país ficará condicionado apenas aos mercados remanescentes da Agroindústria e Turismo.

Do outro lado, defendendo a ALCA, estão empresários ligados a setores tradicionais brasileiros. Entre eles JORGE GERDAU JOHANNPETER (GERDAU, Siderurgia), LUIZ FERNANDO FURLAN (SADIA, Agroindústria), e vários líderes da área têxtil. Pregam que o Brasil é pouco competitivo em tecnologia de ponta,

⁵⁵ LOPES, Inês. "A Alca e o Comércio Eletrônico". In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003. p. 445.

⁵⁶ BERALDO, Antônio Donizeti. "O desafio da Integração Agrícola nas Negociações da Alca". In: JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

devendo abandonar o setor e dedicar-se a atividades simples em que tem mais competência.⁵⁷

As negociações internacionais são fundamentais para o agronegócio brasileiro, que participa com 34% do PIB do País, responde por 33% das nossas exportações e por 37% dos empregos gerados. O Brasil é hoje uma das nações mais competitivas do mundo na produção de commodities agroindustriais, com enorme potencial de expansão horizontal e vertical da oferta. No entanto, o ambiente de elevado protecionismo comercial faz com que a ampliação da demanda internacional pelos nossos produtos dependa em grande parte do sucesso das negociações internacionais que o país está engajado, com destaque para a Rodada de Doha da OMC, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o acordo birregional Mercosul-União Européia.⁵⁸

O País exhibe números impressionantes, os quais credenciam o agronegócio a demandar do governo uma postura negociadora firme para remover subsídios e barreiras comerciais. O Brasil detém o 4º lugar nas exportações agrícolas mundiais, com uma taxa média de crescimento acima de 6% ao ano. É o primeiro exportador mundial de produtos dos complexos soja, café, açúcar, suco de laranja, café, tabaco e carne bovina e de frango.⁵⁹

O agronegócio entende perfeitamente que seria impossível resolver todos os seus problemas em relação a subsídios e acesso em qualquer frente isolada de negociação. Esse tipo de postura maximalista serve apenas para justificar posturas domésticas defensivas e sucessivos bloqueios nas negociações por parte de nossos parceiros comerciais. Portanto, se quisermos avançar nas negociações precisamos concentrar esforços em relação à eliminação dos subsídios distorcivos na OMC, sejam eles domésticos ou de exportação. Em contrapartida, é fundamental que se busque ganhos efetivos em termos de fluxos de comércio por meio de acordos abrangentes e equilibrados de acesso aos grandes mercados do Norte e do Sul –

⁵⁷ Idem, Ibedem.

⁵⁸ Idem, Ibedem, p. 289-296

⁵⁹ Idem, Ibedem.

com a ALCA e o acordo com União Européia vindo em primeiro lugar, e países como China, Índia, Rússia, Indonésia e outros no futuro.⁶⁰

É na ALCA, entretanto, que queremos nos concentrar neste momento de impasse da negociação. O ponto central de nossas preocupações refere-se à necessidade imperiosa de não aceitar quaisquer formatos de “exceção” para os produtos ditos “sensíveis”, como açúcar, etanol, carnes e suco de laranja. Entendemos que o acesso a mercados a ser buscado deve ser pleno, ainda que isso ocorra em velocidade reduzida. Ademais, como o nível de ambição do acordo Mercosul-União Européia tem sido até aqui bastante reativo ao avanço da ALCA, cresce a importância de que a negociação hemisférica seja realmente ambiciosa em acesso, de forma a evitar que os nossos dois grandes projetos regionais terminem por não produzir os ganhos potenciais de comércio que o setor aguarda há mais de uma década.⁶¹

O Brasil deveria particularmente reavaliar as reais ameaças e oportunidades nas negociações de investimentos, serviços e compras governamentais. Essas regras são importantes para o agronegócio: grande parte da composição do preço final dos produtos alimentares é determinada por serviços e investimentos. O excepcional desempenho do setor tem atraído elevados investimentos diretos internacionais. Além disso, existe uma dependência direta entre o agronegócio e outros importantes segmentos da economia como fertilizantes, produtos agroquímicos, pesquisa, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, indústrias de processamento e inúmeros serviços de transporte, comunicações e armazenagem.⁶²

O grande atrativo da ALCA para os 34 países do hemisfério, na avaliação do agronegócio, era o formato abrangente e ambicioso presente no projeto inicial de integração comercial. Tratava-se de um acordo moderno, envolvendo acesso a mercados de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, defesa comercial, propriedade intelectual e defesa da concorrência. Esse modelo de acordo seria, sem dúvida, o mais apropriado para gerar comércio, atrair investimentos,

⁶⁰ Idem, Idebem.

⁶¹ Idem, Ibedem, p. 311-313

⁶² RICUPERO, Op. Cit, 2003. p.37-40

impulsionar a modernização da economia e integrar os países de forma rápida e exitosa. A inserção internacional, por intermédio de acordos como este, permitiria uma abertura ordenada e recíproca das economias, possibilitando que os setores econômicos mais eficientes pudessem auferir ganhos com rapidez e, ao mesmo tempo, fossem criadas condições para a adaptação dos setores menos eficientes por meio de prazos mais longos de adaptação ao novo ambiente competitivo.⁶³

Para o setor do agronegócio é louvável o esforço do governo em abrir novas frentes de negociação e o aprimoramento do diálogo com a sociedade para consolidar posições que reflitam os interesses de longo prazo da sociedade brasileira. A reunião de Miami, que consolidou a opção pela ALCA “à la carte”, claramente foi uma decepção para o setor. Entretanto, entendemos que o novo modelo adotado reflete a decisão dos governos envolvidos e que a atitude mais positiva a ser seguida daqui para a frente, até o final das negociações, é trabalhar com afinco para que o acesso a mercados seja realmente pleno, de forma a produzir os ganhos de comércio que o País espera.

⁶³ BERALDO, Op. Cit. p.289-290

CAPÍTULO 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é certo que a ALCA venha a existir, não pela oposição de líderes ou sindicalistas latino-americanos, mas basicamente pela oposição de políticos, líderes sindicais e alguns religiosos nos EUA. Se isso ocorrer, o panorama na América Latina não vai mudar muito nos próximos anos, sendo muito parecido com o que ele é hoje. Agora, não se vislumbra nenhuma melhoria social ou econômica com a preservação das condições atuais. A ALCA não é uma promessa de desenvolvimento, longe disso, mas não é o monstro que querem fazer acreditar os ativistas norte-americanos. O que vai ocorrer, é uma das poucas possibilidades de aumento de padrões trabalhistas, de melhoria das condições de vida de milhões de cidadãos da América Latina que ficarão em parte comprometidas porque empresas que poderiam vir para esses países não o farão pela ausência de abertura comercial.

O projeto da ALCA bem negociado pode não representar nenhuma alavanca fundamental no desenvolvimento econômico e social dos países mais pobres do hemisfério, o que depende basicamente de medidas internas, não de acordos comerciais. Mas, a completa ausência de qualquer tipo de acordo, representa, sim, uma garantia de que nada vai mudar no panorama da integração e do progresso social no continente.

Quanto aos EUA, com a “ALCA pragmática” – que provavelmente não será a mesma “possível” para o Brasil – certamente pode vir a satisfazer os setores da administração americana que buscam “quaisquer” resultados politicamente aceitáveis, para o eleitorado e para o Congresso, ainda que não para as corporações mais exigentes em termos de programa maximalista.

O resultado que vier a ser firmado para a criação da ALCA é produto de laboriosas rodadas de negociações sobre uma vasta temática de estrutura complexa. Assim, aceitar ou rejeitar a iniciativa da liberalização do comércio não pode ser resultado de apreciações apressadas, baseadas em argumentos calcados em generalidades. O Acordo será bom para o Brasil dependendo de nossa

capacidade de negociação e, nesse sentido, é preciso confiar na competência dos nossos diplomatas e negociadores do setor privado.

Em nenhuma condição deveria-se descartar a hipótese de uma negociação conjunta dos países do Mercosul para, resolvidas as pendências intra-grupo, adotar uma posição comum frente a ALCA.

Seja como for, tudo indica que o projeto de criação da ALCA será levado a bom termo. Um Brasil ausente pode significar a ocupação, pelo México, pela China e outros, dos espaços vazios deixados por nosso País no maior mercado consumidor do mundo. Por outro lado, as sucessivas rodadas de negociações na OMC caminham no rumo da tarifa zero, para o comércio de bens e serviços, o que significa dizer que a ALCA será apenas uma antecipação desse processo. O receio de um Brasil inundado de americanos parece infundado, posto que as cláusulas de salvaguardas, como mecanismo de defesa, permitirão avaliar se os resultados da liberação serão verdadeiramente eqüitativos, à medida que o acordo for sendo implementado. Por último, é importante consignar que, embora a ALCA esteja prevista para iniciar em 2005, a sua implementação deverá acontecer ao longo de 15 anos, ou seja, até o ano 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUNIOR Alberto do Amaral e SANCHES Michelle Ratton. *O Brasil e a Alca: Os desafios da Integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Tributação no Mercosul*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: Centro de Extensão Universitária, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* - com notas de Napoleão Bonaparte. Tradução de J. Cretella e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

RICUPERO, Rubens. *A Alca*. São Paulo; Publifolha, 2003 (Folha Explica).

ENDEREÇO ELETRÔNICO

ALMEIDA, Paulo Roberto. "Mercosul e Alca na perspectiva do Brasil: uma avaliação política sobre possíveis estratégias de atuação". On Line: <http://www.pralmeida.org>. Em 16/08/2004.

CELSO Amorim "Inserção Global do Brasil: OMC, Mercosul, Alca e ZLC com a União Européia". On Line: www.mre.gov.br. Em 02/11/04.

MAGALHÃES, Carlos Alberto Simas. "Negociações Internacionais - Multilateralismo e Blocos Econômicos". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Online: <http://www.fiesp.org.br>. Em 19/10/04.

MELLO, Flávia Campos. "O regionalismo e a ordem internacional". On Line: www.nupri.prp.usp.br/nupri/resenhaepi963.htm. Em 14/08/2004.

RIOS, Sandra. "Negociações Internacionais - Multilateralismo e Blocos Econômicos". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Online: <http://www.fiesp.org.br> Em 20/10/04.

SILVA, Raul Antônio de Paula e. "ALCA: o Brasil Não é Contra o Acordo". Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Online: <http://www.fiesp.org.br> Em 20/10/04.

Site: www.alca-ftaa.org/aca_p.asp. “Área de Livre Comércio das Américas Oitava reunião Ministerial Miami, EUA”. Em 20/11/2003.

Site: www.mre.gov.br. Palestra proferida pelo co-Presidente Brasileiro das Negociações da Alca, Embaixador Adhemar G. Bahadram. “Intitulada Alca: um balanço das negociações”. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: 22/09/2004.

Site: www.mre.gov.br. (MRE – Ministério das Relações Exteriores). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Inaugural do Encontro Parlamentar sobre a Alca. “O Papel dos Legisladores na Alca”. Câmara dos Deputados, Brasília: 20/10/2003.

SOARES, Cláudio César. “Alca: Certezas e Incertezas”. Online: http://www.camara.gov.br/mercosul/Informativo/Info_5.htm. Em 15/09/04.

WAQUIL, Paulo D. “O Setor Agrícola na Área de Livre Comércio das Américas: Desafios da Integração Regional”. On Line: www.ufrgs.br/fce/era/edicoes_antteriores/pdf_edicao34/o_setor_agricola_na_alca.pdf Em 15/09/2004.